

Pagar estudo, uma aplicação de risco

SILVIA MAIOLINO

O jovem profissional, formado por uma faculdade particular de São Paulo, que tiver a sorte de encontrar um emprego imediatamente após o término de seu curso de graduação, terá de trabalhar de quatro a cinco anos apenas para compensar aquilo que investiu em sua formação. Um curso de Fonoaudiologia custa hoje Cz\$ 25.472,00 por mês na PUC, valor acima do salário oferecido na cidade aos recém-formados. Um aluno de Economia, que trabalha o dia todo para pagar os estudos à noite, recebe Cz\$ 19.586,00 de salário e tem de pagar Cz\$ 11.300,00 de mensalidade escolar.

Este é o caso de Luiz Carlos Dias Ruiz. E de milhares de outros universitários que não vão pagar as parcelas, protestando assim contra a liberação dos preços pelo governo federal. Uma situação que, se preocupa os estudantes, também atemoriza os proprietários de escolas. "Eles estão querendo revogar a lei da oferta e da procura", testemunha um universitário. "Se não elevar os o preço das mensalidades, seremos obrigados a fechar ou, no mínimo, a reduzir — e muito — o padrão de ensino", defendem-se os empresários do ensino. Diante desta disputa sem um fim aparente, o ministro Hugo Napoleão, que acreditava que os preços não subiriam muito, admitiu esta semana a possibilidade de rever o decreto de liberação da cobrança, mesmo admitindo que ainda não tinha dados suficientes sobre os abusos.

Se os alunos de 1º e 2º graus ainda têm a opção de fazer uma transferência para uma escola estadual ou municipal — apesar da baixa qualidade do ensino na rede pública — os universitários estão sem alternativas. Não há vagas sobrando. O jeito, por enquanto, é trancar a matrícula e adiar a possibilidade de, sem saber, conseguir um salário melhor com o diploma, ou deixar de lado a formação profissional que sempre desejou.

"Não é interessante que o povo brasileiro estude", comenta Elizete Perceira Pereira, aluna de Ciências Sociais. Ela vai abandonar seu curso porque a PUC está cobrando até para trancar a matrícula. Segundo Elizete, ali tudo é cobrado: até um requerimento para pedir uma audiência com o reitor custa Cz\$ 200,00. "E dizem que a PUC é uma entidade filantrópica", ironizam os estudantes.

Não há diálogo entre os universitários e os donos das faculdades e, muitas vezes, os estudantes preferem nem se identificar, pois sabem que uma declaração pode significar o início de uma série de problemas, como atraso na entrega de notas ou liberação de documentos. É o que acontece com os alunos da Faculdade de Belas Artes. Em dezembro do ano passado, eles pagaram Cz\$ 19.74,00 e em março terão de pagar Cz\$ 19.188,00. "Não sabemos o que os donos da faculdade fazem com o dinheiro. Eles não pagam aluguel, pois o prédio pertence ao Estado. Mas há dois anos a biblioteca não

compra uma revista estrangeira sobre arquitetura", afirmam.

OS ABUSOS

Pelo decreto de liberação, não serão aceitas reclamações individuais, apenas as queixas em nome das associações de pais ou diretores e centros acadêmicos. Na Belas Artes, há poucas chances de os alunos conseguirem qualquer coisa, pois os membros do centro acadêmico são eleitos pelos diretores e não pelos alunos. Os estudantes foram até o Conselho Estadual de Educação, procurando alguma



Rolando de Freitas

Luiz Carlos Dias Ruiz



André Douek

Dina Hirabayashi

orientação, mas receberam uma resposta que os deixou com poucas esperanças: "Somos quatro funcionários para fiscalizar o Estado inteiro". E somente os conselhos vão poder atuar nos casos de abusos.

Pagar a mensalidade de março — a primeira depois da liberação — pode significar, na opinião dos estudantes, a permissão para que os donos das faculdades cobrem o que quiserem. "Não tem sentido subir tanto. É uma falta de respeito com os alunos", afirma Dina Hirabayashi, aluna de Fonoaudiologia das Faculdades São Camilo. O pai de Dina, viúvo, mora em Curitiba com

outros três filhos, enquanto ela divide um apartamento com duas amigas. O aluguel chegou a Cz\$ 13 mil e vai dobrar em abril, mas ela ainda gasta com alimentação, condução e livros, recebendo um salário de Cz\$ 13 mil. "Como vou pagar Cz\$ 19.750,00 de mensalidade. Meu pai precisa cuidar dos meus irmãos. Conseguiu mandar Cz\$ 10 mil."

DISTORÇÕES

Para estudantes e pais de alunos, a maioria dos donos das faculdades e das escolas de 1º e 2º graus está comprometida com o lucro e não com a educação. Muitos deixaram de ser educadores para tornarem-se empresários. "Parece que o governo não vê que a educação é que pode fazer com que este país vá para a frente", comenta Narcisa Whitaker Hilsdorf, aluna do 5º ano de Psicologia das Faculdades Metropolitanas Unidas.

Casada e com três filhas, resolveu se dedicar há quatro anos a uma das suas "paixões", pois o pai era psiquiatra e sempre acompanhou seu trabalho. Dona de um buffet para festas infantis, vem sentindo desde o ano passado a queda dos pedidos. A mensalidade da faculdade é de Cz\$ 13.000,00, mas suas filhas estudam em escola particular. "Este mês, cada parcela foi de Cz\$ 8 mil e já avisaram que vai subir para Cz\$ 15 mil. Estou devendo desde dezembro. Os diretores são muito compreensivos, mas não sei o que vou fazer. Nunca pensei que enfrentaria este tipo de problema."

Estudando à noite, Narcisa, que tem 45 anos, acompanhou a vida de muitos jovens que trabalham o dia inteiro, pois só assim tinham condições de pagar seus cursos, lembrando ainda que é preciso comprar muitos livros. Ela sentiu a "garra" dos colegas e, hoje, se entristece com a frustração daqueles que comparam seus holleriths com os cartões da faculdade e não encontram nenhuma fórmula matemática que os ajude a continuar estudando. "Agora, eu entendo o que significa o lema 'Tudo pelo social'. É: todo mundo pobre."

Antes mesmo de o governo liberar os aumentos e os universitários levarem um susto ao receber os cartões, os jovens já mostravam sua insatisfação com a educação. Uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro, entre jovens de 15 e 24 anos, mostrou que os estudantes consideram o ensino "precário e decadente", principalmente por causa do "descaso dos governantes", que não destinam recursos necessários para a área.

Para os entrevistados, os cursos não preparam para o mercado de trabalho, reconhecendo que o ensino é a única forma de o indivíduo crescer cultural e financeiramente. Eles afirmam ainda que o mercado de trabalho está "restrito", pois não conseguem arrumar emprego. Se a pesquisa fosse feita após a liberação, teria levantado a questão das mensalidades, que os universitários — assustados e revoltados com os preços — resumem assim: "Não querem mais que a gente estude".



Newton Aguiar

Protestos contra aumento de mensalidades vêm aumentando desde o ano passado